

**Alberto Brandão Santos**  
**Maria Antonieta Pereira**

*organizadores*

# CUL TRO TUR CAS AIS

*na América Latina*



**nelam**  
núcleo de estudos  
latino-americanos  
FALE / UFMG

Belo Horizonte  
2 0 0 0

## Cultura nacional, globalização e antropofagia

A criação cultural na América, terra para onde confluem tradições milenares das mais diversas origens e regiões do mundo, teve uma etapa nacional que deu frutos notáveis, não há como negá-lo, mas hoje em dia essa etapa se encontra superada por novos critérios de classificação entre amigos e inimigos potenciais que já não exigem que a criação cultural tenha por tema a exposição de gestas históricas ou sociais ou exponha o afeto do autor pelo território, pela cultura ou pelo poder político nacional. Para compreender esse fenômeno, convém analisar alguns aspectos do conceito de nação.

O conceito de nação é fruto de um corte epistemológico que permite compreender a relação entre o território, a cultura e o poder político, o que o faz indissociável do conceito de soberania, pois a soberania dá o direito e a obrigação, ao detentor do poder político, para que estabeleça um vínculo inseparável entre território, cultura, poder político e sua própria autoridade. Filosoficamente, seus principais elaboradores foram Bodin, Hobbes e Rousseau, fato de importância se levarmos em conta que, enquanto os dois primeiros são partidários da monarquia absoluta, o último promove uma democracia direta, de modo que, embora sejam uns monárquicos e outro democrata, eles compartilham um princípio fundamental: a soberania. Antes de que, os conceitos de território, cultura e poder político se reúnam — o que ocorre entre os séculos XVII e XVIII — a nação não existe, pois se chama nação justamente a uma forma muito específica de associar mentalmente território, cultura e poder a partir de uma época, a moderna, em que o controle militar e administrativo se torna onipresente e permanente em vastos territórios, de modo que o poder chega aos confins sobre os quais antes a autoridade apenas tinha um controle esporádico. A imprensa e a possibilidade de transmitir por escrito certos ideais tornaram mais fácil a constituição da nação, ao permitir que se dessem a conhecer leis e cânones culturais desde o núcleo do poder central até a periferia territorial ou cultural, fazendo assim possível a pretensão universalista e unitária da legislação nacional. Em suas origens, a nação se mostra contrária à diversidade, cultural ou de outro tipo, como permanece exposto em Bodin, Hobbes e Rousseau, que se opõem a toda divisão de poderes, como a que

conhecemos na atualidade (executivo, judicial e legislativo), pois a nação, para eles, não admite divisões, é uma só.

O Estado tem uma forma própria de distinguir seus membros daqueles que não o são, essa forma é a nomenclatura *nacional*. De fato, só pelo nome *nacional*, usado ou não como adjetivo, distingue-se o nacional do estrangeiro, tal como o sobrenome permite distinguir os parentes dos não-parentes sem consultar, a toda hora, a genealogia.<sup>1</sup> O conceito de nação é acompanhado de uma opção epistemológica que privilegia território, cultura e unidade do poder político sobre a pessoa e o parentesco, pois faz da unidade nacional, e não da unidade genealógica, o princípio de diferenciação entre amigos e inimigos potenciais. Apenas o fato de pisar um território nacional — e, mais ainda, de nascer nele — obriga a certo tipo de comportamento material e moral, ou seja, obriga a obedecer a certas leis e a viver segundo certo tipo de cultura.<sup>2</sup> O pertencimento nacional supõe uma prescrição de comportamento e um tipo de sanção para quem não o pratica, o que por sua vez seria impossível, se antes não se houvesse estendido a capacidade de observação e castigo estatal até os confins de territórios muitíssimo mais amplos que os dos senhores medievais.

O conceito de cultura nacional inclui prescrições de comportamento e pensamento, e sanções para quem não cumpre o exigido. A decisão do campo do prescritível e o umbral de tolerância de tais prescrições não podem ser pré-definidos, mas são fruto da mesma prescrição. Em outros termos, produz-se um círculo epistemológico que consiste em que a definição daquilo que se pode prescrever como comportamento moral e material é, por sua vez, fruto de uma prescrição cultural que estabelece, dentro dos comportamentos prescritíveis, o de prescrever o que é cultura nacional e, dentro dele, os umbrais de tolerância a partir dos quais se considerará como nacional um comportamento. A cultura nacional legitima as prescrições, mas não pode reduzir-se a tal legitimação. A primeira prescrição de uma cultura é a prescrição de comportar-se de acordo com a cultura; toda cultura nacional começa, quando se legitima uma prescrição de comportamento moral e material qualificados de nacionais (vale dizer, prescritíveis) e se estabelecem poderes públicos para sancionar sua violação, ainda quando essa não afete nenhuma vida privada. O umbral de tolerância cultural não pode ser classificado de amplo ou estreito com critérios que não sejam, por sua vez, culturais — vale dizer que só uma cultura pode decidir sobre o estrito ou o lato do princípio com que ela mesma ou outra classificam os amigos e inimigos potenciais, do ponto de vista do comportamento material e moral: o que para uma pode ser lato, para outra pode ser estrito, e vice-versa. Os umbrais de distinção são sempre culturais; há povos que têm umbrais de distinção para dezenas de tipos de neve, assim como, na cultura ocidental, os escalões militares se diferenciam

por pequeníssimas variações nas divisas, que passam inadvertidas para qualquer um que não tenha cultura militar. Em outras palavras, toda cultura é tolerante e intolerante, só que, aquilo que para uma não é critério de classificação entre o prescrito e o proscrito ou não alcança umbrais<sup>3</sup> de diferenciação relevantes, pode sê-lo para a outra. Por isso, o conceito de tolerância, quando se quer associá-lo a valores nacionais, não produz inovação radical a respeito da permissividade, pois a tolerância é o conceito pelo qual uma cultura prescreve como neutros, do ponto de vista de amizade/inimizade potenciais, certos comportamentos que em outra época ou cultura seriam proscritos. Uma cultura nacional tolerante é aquela na qual a tolerância se torna um valor praticado num território sob o mesmo poder político, mas que nada diz sobre a amplitude ou não de seu umbral de permissividade em relação a outra cultura. Há culturas nacionais muito permissivas que, no entanto, não se consideram a si mesmas tolerantes porque as pautas com que elas mesmas definem a tolerância são tão amplas que a maior permissividade é considerada estreiteza; enquanto outras podem considerar-se muito permissivas e são, contudo, muito intolerantes, pois os umbrais de tolerância são definidos sobre diferenças muito pequenas. De modo que não pode haver padrão universal para definir o conceito de tolerância cultural.

Se se adotasse uma postura distinta para a classificação básica entre amigos e inimigos, desapareceria o temor da globalização. De fato, numerosos autores contemporâneos como Borges, José Lezama Lima, Bayly etc., e outros de já algumas décadas, não podem ser compreendidos com o critério de classificação nacional tal como a modernidade entendia essa noção. Para compreendê-los, é necessário um trabalho de revisão de princípios de classificação, o que se torna uma forma de reconstruir a idéia mesma que se tem de América Latina.

A nomenclatura de pertencimento nacional é um princípio de classificação *a priori* para saber de quem se pode exigir determinado comportamento. Dizemos *a priori* porque somente a nomenclatura basta para classificar e, em consequência, para prescrever comportamentos, sem necessidade de conhecer individualmente a pessoa classificada. Essa nomenclatura é abstrata, mas se aplica a pessoas individuais: basta estabelecer que toda pessoa nascida em um território está ligada a ele sob certas condições, para que se possa exigir de tal pessoa um comportamento determinado, ainda que nunca se a tenha visto. A mesma cultura, que classifica como cidadã de um país uma pessoa, exige dela um apego afetivo à cultura classificadora, produzindo-se o estranho fenômeno de não só colocá-la, sem solicitar seu consentimento, sob certas dependências culturais e políticas, mas também de lhe pedir sua conformidade com tal classificação. Uma nação não se contenta jamais em designar quem são seus cidadãos e castigar as transgressões

às suas normas culturais, mas também exige um sentimento de afeto por elas. Ninguém recebe seu gentílico ou é classificado como nacional sem que lhe seja exigida, depois, a adesão voluntária a tal classificação. O conceito de cultura nacional constitui-se, portanto, de um modo não-alheio à forma como Kant explica o conhecimento científico, no sentido de que é o observador o que realiza a classificação dos dados que provêm dos sentidos e que os conceitos são associações de caráter intelectual mediante as quais ligam-se os fatos que carecem de associação por si mesmos<sup>4</sup>. A classificação nacional está acompanhada de uma exigência prática de apego aos costumes e às leis vigentes em determinado território. O ato intelectual pelo qual se classifica a cultura, de acordo com sua ligação a um território e um poder político, produz-se paralelamente à exigência de um ato afetivo que pede amor à cultura na qual cada um foi inscrito mediante a nomenclatura criada por ela mesma.

A classificação nacional nunca é, pois, somente um ato de conhecimento exercido pelos adultos sobre cada recém-nascido para saber o que se lhe pode exigir, mas também é um ato ordenador e é um ato de exigência afetiva. Dito de outro modo, a razão prática (exigência de afeto) é determinada pela razão teórica (classificação); o afeto permanece determinado não pelo conhecimento, mas pelo princípio que permite conhecer se cada recém-nascido é um co-nacional ou um estrangeiro. Compartilhar afeto pelo princípio de classificação é a primeira marca das culturas, as que nunca se limitam a ser o que são, mas que sempre exigem, inclusive com violência, que se queira ser aquilo que se é: os nacionalistas não só exigem que se esteja contente de ser chileno, argentino ou cidadão de qualquer outro país, mas que, além disso, se deseje continuar sendo-o. A exigência de afeto, a respeito dos comportamentos materiais e morais praticados em um território sob domínio de um mesmo poder político, é a marca distintiva da cultura nacional. Isso ocorre apesar da diferença de outras formas culturais ou de outras formas de classificação entre amigos e inimigos potenciais. Contudo, existe uma contrapartida, pois a cultura nacional mantém uma relação de preferência e privilégio com respeito ao que ela classificou como nacional, de tal modo que não apenas pede afeto, mas também o dá. Apenas o vínculo territorial, acrescido do vínculo político, não basta para dar conta da natureza do conceito de cultura nacional nem de suas conseqüências práticas, pois é necessário ligá-lo ao afeto e à distinção, pela nomenclatura de classificação nacional, entre amigos e inimigos potenciais. Nesse sentido, a nomenclatura de classificação nacional dá lugar a algo semelhante ao produzido pela nomenclatura de parentesco nas tribos examinadas por Lévi-Strauss, pois ela delimita, junto ao círculo de consortes possíveis, o círculo dos amigos. A diferença apóia-se, entre outras coisas, em que a nomenclatura

de classificação nacional discrimina os amigos dos inimigos potenciais, sem discriminar os consortes possíveis, exceto em situações muito especiais — consortes de oficiais de exército — e que, além disso, o princípio de classificação é territorial.

Bem, os princípios de classificação são arbitrários — dependem do que cada cultura define — porque não há motivo racional para preferir tal ou qual critério para distinguir o nacional do estrangeiro. Somente depois de estabelecidos os critérios de classificação tem-se a pauta para preferir um e outro conteúdo cultural. Como não se pode levar a cabo uma classificação sem um princípio de classificação, classificar estabelece a pauta com que depois se estabelece a hierarquia entre culturas, pauta que adquire um aspecto “natural”, pois jamais o princípio de classificação está em condições de classificar-se a si mesmo com critérios distintos dos que usa para classificar seu objeto. O princípio de classificação é incapaz de dar-se fundamento a si mesmo seguindo os critérios por ele estabelecidos; o único modo de fazê-lo seria estabelecendo um meta-princípio, um referente externo. Em matéria de cultura nacional, não pode haver referente externo para valorizá-la, pois ela é fundadora de toda valoração. Toda justificativa do critério de classificação cultural é uma *petitio principii* pela qual, a partir de um ponto de vista puramente racional, podem-se descrever opções culturais, mas não justificá-las ou invalidá-las (por certo, aí cabem muitos pontos de vistas distintos do racional). O ato de chamar uma cultura de “nacional” é, por sua vez, o ato pelo qual se justifica a hierarquia entre as culturas. Definir o inimigo potencial pelo fato de haver nascido em outro país é tão racional ou absurdo como defini-lo pela cor da pele ou por ter uma ideologia distinta. Mas isso não impede que cada cultura invente um critério para distinguir o amigo do inimigo e que tal critério não possa ser deduzido nem da lógica nem do bem-estar, pois o que se entende por bem-estar é, por sua vez, cultural. Tudo o que se pode constatar é que, desde o século XVII até o segundo terço do XX, torna-se universal o princípio pelo qual os afetos de amizade e inimizade potenciais relativos aos recém-nascidos estão pré-determinados pelo lugar de nascimento (*ius solis*).

Esses comentários permitem abordar, com maior amplitude, o tema do abandono da “cultura nacional” em alguns países da América Latina, por parte de certas elites, o que por certo não se dá isoladamente, mas no contexto de um chauvinismo não menos ilustrado, que lamenta a perda de valores nacionais em termos distintos do que foi, no princípio do século, a extinção do mundo conservador com o surgimento dos programas modernizadores. O abandono consiste em que algumas pessoas e instituições, que por seu nascimento estão sob o critério de amigos na classificação nacional, já não sentem apego por tal classificação e manifestam um especial interesse por formas expressivas

onde o “nacional” se mescla com o “estrangeiro”. Tal abandono não corresponde à antiga divisão esquerda/direita e seus correspondentes reflexos no mundo cultural, pois pode ser praticado por setores do mundo outrora chamado “progressista”, como por alguns de seus antigos inimigos. A escritura de Jaime Bayly mostra heróis — se é que podem receber esse nome — com uma extrema capacidade para fagocitar expressões e formas de vida provenientes do mundo anglo-saxão; *En la noche es virgen su personaje*, Gabriel Barrios mostra escassíssima preocupação pelo Peru e dificilmente pode ser incorporado nas antigas classificações de progressista ou conservador.<sup>5</sup> Hoje em dia, na América Latina, o desapego ao nacional tem cinco origens as quais, apontando em sentidos contrários, às vezes se fortalecem mutuamente. São elas:

- a. reivindicações, indígenas ou não, por maior autonomia local. A isso se soma que a reivindicação do telúrico, do local e/ou do indígena é parte de um movimento global, em muitos casos internacional ou internacionalista, que faz uso de instrumentos igualmente aptos para os processos gerais de globalização os quais, justamente, destroem o local;
- b. “globalização”, originada em processos de caráter fundamentalmente econômico e tecnológico, mas que não se pode levar a cabo sem transformações profundas na cultura doméstica e popular;
- c. a isso, há que se acrescentar que as comunidades científicas se desnacionalizam progressivamente, no sentido de que já não há referentes epistemológicos nacionais pois, para se pertencer a uma comunidade científica, raras vezes tem sido exigido apego a uma cultura nacional, já que o nacional não é critério de validação;
- d. o mesmo ocorre com muitos produtores culturais, sejam eles individuais ou institucionais, que por sua natureza indagadora e criativa são difíceis de serem contidos em referentes nacionais, como acontece com Octavio Paz, Huidobro e Borges na literatura, ou Heitor Villa-Lobos na música, Roberto Matta na pintura e, salvas as distâncias, Jaime Bayly. Isso não é estranho, pois qualquer produtor cultural está diretamente vinculado a uma tradição recebida pela língua, pelos estudos, pela família e pela tradição que, na América, provém do mundo greco-romano, indígena e negro, segundo proporções variáveis em cada país, tendo laços espontâneos de comunicação no tempo e no espaço talvez muito mais diretos com qualquer um que compartilhe tais tradições, várias vezes milenares, do que com quem restringe sua cultura ao que um princípio de classificação extraordinariamente recente, como

é o nacional, produziu. Alguns autores perceberam que nada seria tão absurdo como limitar a herança lingüística à língua do colonizador, pois também o colonizador foi colonizado e, portanto, sem estar plenamente consciente disso, trouxe um passado que colocou os países americanos em comunicação com fenômenos muito anteriores à presença européia no Novo Mundo. A isso se soma o vínculo, também milenar, com o indígena e o negro;

- e. o deslocamento do centro de reflexão e de valorização, da metafísica clássica para os objetos culturais produzidos fora do âmbito ocidental ou fora do âmbito da razão.

Existe uma tensão entre, por um lado, a cultura nacional dos países americanos que provém essencialmente da modernidade e das lutas pela independência e, por outro, os fatos culturais produzidos pelas cinco razões antes descritas: reivindicações locais, globalização técnico-econômica, comunidades científicas internacionalizadas e, por último, criação cultural a partir de um passado e um espaço muitíssimo mais amplos do que oferece a nação, começando pelo espaço lingüístico. Sem exceções, os criadores culturais dão mostras de uma liberdade suspeita para os encarregados de castigar os desvios do comportamento nacional. Essa liberdade se baseia no fato de que por sua própria natureza as artes são transnacionais e trans-históricas não no sentido de que surjam sem relação com seu tempo, mas pelo contrário, que cada uma delas está situada no tempo e que cada época temporal reúne e interpreta todas as anteriores, com seus próprios recursos, como um texto muitas vezes confuso e cheio de vazios.

A defesa do nacional em oposição à chamada "globalização" supõe a *petitio principii* de toda defesa cultural, que apenas pode justificar-se em virtude de critérios que a cultura ameaçada lhe dá. A debilidade da defesa do critério nacional, ainda que esgrimindo os valores heróicos com que foram fundados os Estados — liberdade, povo, identidade etc. — reside em que uma defesa sólida requer uma metalinguagem, nesse caso, uma linguagem proveniente de outra cultura disposta a defender a cultura nacional de um terceiro país. Tal situação se produz amiúde, mas o fato de que o nacional já não seja autofundante, ao menos no caso dos Estados nacionais de uma América Latina confrontada com a "globalização", põe no entredito justamente os valores heróicos que contribuem para a solidez do critério nacional de distinção entre amigos e inimigos potenciais. Quando a liberdade, o povo e/ou a identidade necessitam recorrer a algo fora de si mesmos para legitimar-se, acusam a inconsistência que justamente querem desmentir. Por isso, a atitude defensiva do nacional é, em si mesma, uma forma de erosão do princípio de classificação e de exigência dos afetos nacionais que lhe correspondem. Não queremos dizer com isso que, em muitos casos,

não se justifique o ponto de vista nacional, e mais, queremos dizer que a única justificativa do nacional provém e pode provir de si mesmo. Mas ele, em si mesmo, já não tem o valor de centro de toda referência. Se esse "si mesmo" é muito ou é pouco, é matéria que novamente há de ser valorizada com o critério de cultura nacional, pois esse, como qualquer outro critério de distinção, é um critério de exclusão, nesse caso, de outros princípios de classificação. Produz-se, assim, o que Lyotard descreve como parte da modificação do laço social na época pós-moderna: "cada um se vê remetido a si mesmo. E cada um sabe que esse si mesmo é pouco"<sup>6</sup>. Só que esse si mesmo, em nosso caso, são nações.

O questionamento do princípio de classificação nacional e a perda de afeto por ele informam que o referente nacional é fruto da modernidade, e que a perda de referentes heróicos é característica da debilitação do laço social e cultural da época pós-moderna ou do capitalismo tardio: o questionamento do princípio de classificação nacional e a perda de afeto por eles podem ser considerados pós-modernos. A "globalização" como aspecto econômico da pós-modernidade é relevante em nosso estudo na medida em que a produção e a circulação de bens culturais se faz cada dia mais dependente de processos informatizados, envolvendo possibilidades de criação, armazenagem e transmissão mediante processos informatizados e na medida em que a cultura informatizada tende a circular como qualquer outra mercadoria. Contudo, esse processo que traz consigo a destruição das culturas (nacionais ou não) que não possam entrar dentro de tal tipo de circulação, traz também consigo a aceleração dos vínculos e a expansão do espaço cultural, produzindo-se assim fenômenos notáveis como os de autores, em distintos campos, que tratam, com profundidade e riqueza, temas dos quais de outro modo jamais teriam tido conhecimento e que fazem dessa perda cultural o motivo de uma obra que enriquecerá a cultura nascente: pense-se, por exemplo, no poema épico "La Araucana", de Alonso de Ercilla, narração que descreve, do ponto de vista espanhol, a guerra contra os *mapuches* no Chile, que se converteu na primeira das obras fundadoras da nação. O temor da "globalização" é fruto da cultura nacional surgido na época moderna; o conceito de temor da globalização e o de abandono da cultura nacional são quase tautológicos, sendo o primeiro criação do último, pois a globalização só se pode dar e compreender a partir da existência de nações desagregadas que temem o fim desse Estado nacional; o temor da "globalização" é fruto de uma cultura nacional relativamente isolada. Bem, toda nação está isolada, desagregada com respeito às demais quanto à soberania e à cultura, para definir sua constituição política, cultural e territorial (a menos que sejam vizinhas) mas não quanto à profundidade temporal e à extensão espacial da

linguagem que serve de veículo para a cultura, pois são muitíssimas as nações que compartilham um passado comum em muitas das manifestações humanas capazes de serem expressadas ou entendidas como linguagem. Nesse sentido, a globalização cultural é um fato tão antigo como a história das línguas e não um fenômeno exclusivamente contemporâneo — especificamente contemporâneo é o temor que causa a nova forma de globalização. Só o que sofreu separação pode tornar-se uno; só um mundo de Estados-nação, em uma época onde as distâncias comunicativas se tornaram tecnicamente nulas — de modo que há a mesma dificuldade para se entender com um amigo próximo ou com os antípodas — pode globalizar-se: a condição de possibilidade da globalização é a existência de culturas e nações distintas.

Essa afirmação nos permite situar nosso argumento dentro da linha de quem não vê a perda de alguns referentes nacionais com nostalgia ou com a pretensão de substituí-los por outros, pois não podemos assumir como perda autêntica um comportamento que, uma vez consolidada a independência latino-americana foi, a partir de nossa perspectiva, um empobrecimento cultural, especialmente durante o período em que algumas elites latino-americanas recusaram os componentes indígenas e mestiços da cultura nacional por considerá-los exatamente não-nacionais, como ocorreu ao recusarem expressões culturais provenientes do antigo colonizador. O certo é que, hoje em dia, muitas nações ampliaram os critérios para definir a cultura nacional e nada impede que isso continue acontecendo, mas é necessário admitir que, se tal ampliação chegou até o ponto que nós propusemos, ou seja, até o ponto em que o nacional perde toda relevância para a criação cultural, ainda que se permanecesse usando o nome de cultura nacional, isso significaria algo muito diferente. Isso, é claro, não significa sustentar que os valores nacionais são recusáveis por si mesmos, mas que é necessário desligá-los do laço excludente com quem nasceu no território, de modo a permitir que os estrangeiros se apoderem deles e, paralelamente, nós nos apoderemos também de valores estrangeiros, apropriação que os faria perder, exatamente, seu caráter de estrangeiros. Contudo, é necessário ressaltar que nem toda globalização se opõe à cultura nacional, pois ela pode ser entendida como o estabelecimento soberano de vínculos, sem outra finalidade que promover certos valores nacionais cujo desenvolvimento se otimiza graças à relação com outras potências. A globalização é promovida por grandes consórcios econômicos para os quais os mercados nacionais são demasiado pequenos e, assim, tendem a modificar leis e costumes a fim de satisfazer seus interesses<sup>7</sup>. Esses interesses são, por definição, distintos dos nacionais, mesmo quando possam coincidir em algum aspecto, como no caso já descrito de otimização de alguns valores (materiais ou morais). Contudo, uma vez mais, devemos recordar que não há

novidade alguma em dizer que a globalização atenta contra a cultura nacional, pois é como dizer que o branco é diferente do negro, havendo-se estabelecido previamente um critério bipolar de classificação das cores. Entretanto, o importante é que, ao ser promovida por grandes consórcios, a globalização não traz consigo, necessariamente, um empobrecimento cultural.

A escala de valores produzida pela cultura nacional contém, entre seus objetivos principais, perpetuar as condições, os valores e os afetos nacionais. De modo que sempre aponta a si mesma e é auto-referente. Isso faz com que, *a priori*, sem necessidade de conhecer seu conteúdo e na medida em que, com seu próprio nome, socava o prestígio e a autonomia do nacional, a globalização seja considerada negativamente. Mas tal consideração negativa só tem validade dentro da cultura nacional que se sente ameaçada. Entre o global e o nacional não existe ponto médio que permita fazer um juízo cultural sobre ambos, pois o nacional não permite ser julgado de fora, o que seria renunciar a sua soberania. Contudo, é um fato que outros valores — sociais, políticos, culturais etc. — associam-se hoje em dia à cultura nacional, mas a maioria deles também pode ser associada ao conceito de globalização. Não é este o momento para descrever a história empírica da nação; basta-nos, para concluir, recordar que *a priori* nada impede associar a globalização a valores tão importantes como a justiça ou a liberdade. E mais, o potencial político-militar surgido do vínculo entre as duas grandes revoluções modernas e o conceito de nação bem podem levar-nos a pensar uma globalização que incorpore tais conceitos, se bem que sabemos que, na atualidade, a justiça, a liberdade e o desenvolvimento cultural não interessam especialmente a quem a promove. A globalização acelerou a consciência da extensão espacial das raízes culturais de muitas nações: nações que se acreditavam isoladas descobrem hoje em dia antepassados ou vínculos culturais fora de seu território. No entanto, não se devem esquecer de que, se a globalização tem algo de criticável, talvez seja sua contribuição ao esquecimento da profundidade temporal de tais raízes, pois as técnicas mediante as quais se leva a cabo a globalização, a fim de acelerar a circulação do capital, promovem a substituição contínua e rápida de qualquer tradição. Contudo, tal substituição começou naquele dia em que em algum lugar do planeta algum povo teve contato com outro povo diferente; reduzi-la a uma espécie de complô, necessariamente prejudicial aos interesses culturais, impede perceber que a mesma cultura nacional, especialmente na América Latina, tem sua base em um processo globalizante.

É indispensável abandonar o critério militar, que supõe um vencedor e um vencido, para se analisar as relações culturais, pois ainda que se possa destruir completamente a capacidade bélica de um exército

inimigo, isso não necessariamente supõe a destruição da sua cultura. Por mais forte que seja sua evolução, sobram casos em que, longe de desaparecer, a cultura dos vencidos se sobrepõe e até triunfa sobre a dos vencedores. Não somos partidários, contudo, da noção de “sincretismo”, com que às vezes se tem querido manter as relações entre colonizadores e colonizados na América, pois ela oferece uma impressão de igualdade e harmonia que não dá conta da complexidade do acontecido no Novo Mundo. Recordando um conceito que foi cunhado no Brasil, o de antropofagia, podemos dizer que, longe de ser militar, a estrutura das relações entre as culturas é feita de devorações antropofágicas, no sentido de que, sendo muitas vezes de luta, oposição ou morte, a cultura que “se extingue” não só reaparece quase sempre na cultura do que triunfa, mas também o faz quando esse menos o espera e quando menos o deseja, de modo que finalmente já não se sabe quem venceu e quem foi derrotado no plano cultural<sup>8</sup>. O antropófago come e digere o colonizado, ou o colonizador a ele, quem quer que seja, produzindo algo novo com tal alimento — seu próprio corpo e sua própria mente — e com o que digere dele, de modo que, ao final, é impossível saber que novo aspecto cultural tem origem em quem: tal é o caso do Aleijadinho, no Brasil, José Lezama Lima, em Cuba, e Jorge Luis Borges, na Argentina. Opor nação à globalização é perder a batalha de antemão; a nação pode morrer sem perda para a criação cultural e pode-se reivindicar uma antropofagia globalizante que por certo não há que se impor, tampouco censurar: e mais, desaparecendo a nação desaparece a globalização que, como conceitos antagônicos e surgidos de uma mesma matriz ideológica, necessitam-se mutuamente.

Tradução: Maria Antonieta Pereira

## Notas

- <sup>1</sup> Nossas idéias inspiraram-se na noção de “structure élémentaire de parenté” de Claude Lévi-Strauss. A estrutura elementar é um sistema que define, apenas por meio da nomenclatura, o grupo de parentes, distinguindo entre consortes possíveis e proibidos no interior do grupo de parentes. Por outro lado, a expressão “structure complexe” refere-se ao que determina o grupo de parentes, e que deixam a outros mecanismos a determinação do consorte, por exemplo à sua riqueza, cor de pele etc. Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Structures élémentaires de parenté*. Paris: Mouton, 1981. p. IX.
- <sup>2</sup> As noções de emigração costumam aceitar como critério para conceder a nomenclatura de nacional o simples fato de o indivíduo ser descendente de um cidadão. Mas nesses mesmos países, quando há problemas de desemprego, surgem vozes que se opõem a conceder a nacionalidade pelo simples fato de se nascer no território nacional. Isso não contradiz o que dissemos, em primeiro lugar, porque o que propomos é um modelo de compreensão e não uma radiografia da realidade política. Além disso, a nacionalidade por ascendente é um caso minoritário, e o negar a nacionalidade a quem nasce no território nacional é um fato extraordinariamente polêmico.
- <sup>3</sup> Pré-formados na mente de cada pessoa de acordo com sua cultura.
- <sup>4</sup> Claude Lévi-Strauss mostrou sistemas completos de classificação dos seres vivos feitos pelos indígenas, tão completos como os sistemas científicos, mas seguindo princípios que

no Ocidente parecem absurdos. Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. *La pensée sauvage*. Paris: Plon, 1962.

<sup>5</sup> BAYLY, Jaime. *La noche es virgen*. Barcelona: Anagrama, 1997.

<sup>6</sup> LYOTARD, Jean François. *La condición postmoderna*. Madrid: Cátedra, 1989, p. 36.

<sup>7</sup> Sobre esse assunto ver NEIRA, Hernán. Lo público, lo doméstico y lo privado en el capitalismo tardío. In: *Revista de Filosofía*, Universidad de Costa Rica, San José de Costa Rica, Costa Rica, n.36, 1998.

<sup>8</sup> Conhecemos esse conceito graças à professora Maria Esther Maciel, da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Os erros de interpretação, se os há, são nossos.